



RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO

**ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
INSTITUCIONAIS, REFERENTES
AO BALANÇO CRÍTICO DO PROCESSO DE
AUTOAVALIAÇÃO 2012-2014**

Blumenau, março de 2018.

INTRODUÇÃO

O Balanço Crítico é um documento elaborado pela CPA após um ano da publicação do Relatório de Autoavaliação Institucional. Por meio deste documento a CPA objetiva aferir e evidenciar à comunidade universitária o cumprimento das recomendações feitas pela comissão no último processo avaliativo. De fato, a CPA averigua quais ações foram realizadas e/ou planejadas pela FURB, junto à gestão da Universidade, à COPERA-PDI e consultando documentos aprovados no CEPE e no CONSUNI. Em casos específicos, a CPA consulta os setores envolvidos.

Conforme poderá ser observado, o documento que ora se apresenta, fora organizado em quadros e cada qual contém 04 colunas: na primeira coluna são apresentadas as fragilidades encontradas pela comissão, as quais foram apontadas no Relatório de Autoavaliação Institucional 2012-2014; na segunda coluna registra-se as recomendações feitas pela CPA para solucionar ou minimizar as fragilidades apontadas; na terceira constam as ações planejadas e/ou implementadas pela gestão até o ano de 2015 e começo de 2016. A quarta coluna é uma análise bastante atual, realizada pela CPA em março de 2018, sobre as ações institucionais realizadas em 2016 e 2017. Para essa análise a Comissão adotou três níveis de avaliação, a saber:

- Não houve avanços ou a(s) ação(ões) não modificou(aram) a fragilidade apontada pela CPA;
- A recomendação da CPA foi atendida parcialmente, ou as ações modificaram parcialmente o quadro, reduzindo a fragilidade apontada pela CPA;
- A recomendação da CPA foi plenamente atendida ou a(s) ação(ões) sanaram totalmente ou quase completamente a fragilidade apontada pela CPA.

A CPA está, no ano de 2018, concluindo o Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao período 2015-2017. Portanto, o documento que ora se apresenta corresponde a um *Relatório Parcial de Autoavaliação*, até que o relatório geral seja finalizado e apresentado à comunidade universitária.

Diante do exposto, a seguir apresenta-se a análise da CPA no acompanhamento das ações institucionais, referentes ao balanço crítico do processo de autoavaliação 2012-2014.

Eixo 1 - Planejamento e avaliação institucional			
FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA (até 2016)	ANÁLISE DA CPA: AÇÕES REALIZADAS 2017-2018/1
1.2.6. Participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnicos administrativos e estudantes) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA.	Estimular a comunidade universitária a participar das etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA (responder questionários e pesquisas, participar dos fóruns virtuais ou presenciais, entre outros).	<p>A gestão superior da Universidade, de modo especial a Reitoria, vem enaltecendo o processo de autoavaliação institucional como uma importante ferramenta de gestão, reforçando a importância do processo e seus resultados aos membros que representam as diversas categorias junto ao Conselho Universitário.</p> <p>A CPA, por sua vez, tem elaborado estratégias para ampliar a divulgação do processo e seus resultados, no intuito de que a comunidade perceba a sua importância e sinta-se motivada/ estimulada a participar. Uma destas estratégias trata de destacar as ações institucionais realizadas a partir das recomendações da comissão, especialmente aquelas que afetam os estudantes, com placas e/ou cartazes fixados pelos campi.</p>	<p>A recomendação da CPA foi atendida.</p> <p>Para estimular a comunidade universitária a participar da autoavaliação, a CPA, com o apoio da Divisão de Modalidades de Ensino (DME) produziu e enviou um vídeo institucional à toda comunidade interna (docentes, estudantes e técnicos-administrativos), o qual pode ser acessado por meio do link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=lavP7IWyfVE.</p> <p>Além desta ação, propôs-se a atribuição de horas de AACC para os estudantes que preencherem o formulário para alunos.</p> <p>O AVA também foi utilizado como ferramenta de apoio para aplicação do formulário aos estudantes, no processo 2015-2017. O link para acesso ao formulário fora inserido no ambiente virtual para acesso dos discentes.</p> <p>A DTI criou “grupos” de endereços de e-mails “afins” (categorias de respondentes) para facilitar o envio de mensagens pela CPA.</p>
1.3.3. Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos	Utilizar os resultados do processo de avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos estudantes,	O setor de Pesquisa e Avaliação Institucional (DPE/PROEN) coloca à disposição o relatório com os resultados da Avaliação do Ensino (acesso <i>online</i> ao sistema), com base nas respostas dos acadêmicos. Com uso de	A CPA realizou uma pesquisa, por meio de formulário <i>online</i> (forms), com as assessoras pedagógicas, no âmbito da coleta de dados da autoavaliação referente à 2015-2017. As mesmas responderam que

<p>estudantes, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.</p>	<p>no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.</p>	<p>login e senha, cada professor tem acesso à sua avaliação; o Coordenador do Colegiado de Curso tem acesso ao desempenho dos docentes do curso; o chefe do departamento tem acesso aos docentes do Departamento e; a Direção da Unidade Universitária, aos docentes vinculados ao Centro. Com apoio das assessorias pedagógicas, estes resultados têm sido utilizados na melhoria dos cursos.</p>	<p>os resultados da avaliação do ensino (docentes), realizada pelos estudantes, são PARCIALMENTE utilizados para desenvolvimento ou reordenação de atividades acadêmico-administrativas. Assim, a CPA considerou que a recomendação foi parcialmente atendida.</p> <p>Apesar do processo de avaliação do ensino ocorrer semestralmente, ainda há o que avançar na utilização destes dados na qualificação do processo de ensino-aprendizagem.</p>
<p>1.3.4. Utilização dos resultados da avaliação dos cursos de graduação e das recomendações (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.</p>	<p>Utilizar os resultados dos processos de avaliação externa dos cursos como subsídio para o planejamento de ações de desenvolvimento ou melhoria.</p>	<p>A Divisão de Políticas Educacionais (DPE), vinculada à PROEN, tem encaminhado aos coordenadores dos Colegiados de Curso e para as Direções das Unidades Universitárias, os pareceres referentes à Avaliação dos Cursos, emitidos pelas comissões externas. Com apoio das assessorias pedagógicas, estes resultados têm sido utilizados na melhoria dos cursos, juntamente com os Núcleo Docente Estruturante (NDE).</p>	<p>Em pesquisa realizada no âmbito da coleta de dados da autoavaliação referente à 2015-2017, a CPA observou que os resultados da avaliação externa dos cursos de graduação, realizadas pelo CEE/SC, são utilizados para desenvolvimento ou reordenação de atividades acadêmico-administrativas. Entre as ações listadas pelas assessoras pedagógicas, consta o acompanhamento das publicações dos planos de ensino e assessoramento no preenchimento e ou elaboração do plano, bem como organização de formação com docentes.</p> <p>No período também foram constituídos grupos de trabalho para revisão de PPCs a partir dos resultados da avaliação externa. Assim, a CPA considerou que a recomendação foi atendida.</p>

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA (2016)	ANÁLISE DA CPA: AÇÕES REALIZADAS 2017-2018/1
1. Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna.	Ampliar a divulgação do PDI, especialmente de modo a atingir os estudantes;	<p>O processo de divulgação do PDI 2010-2015 limitou-se as seguintes ações:</p> <p>1- Entrega do documento impresso para a gestão superior;</p> <p>2- Disponibilização do documento em versão digital, no site da Instituição, para consultas;</p> <p>3- Convite, em meio digital, para que a comunidade universitária acessasse e utilizasse o PDI;</p> <p>4- Divulgação da disponibilização do PDI no site da FURB pelos jornalistas institucionais;</p>	<p>A CPA observou que o PDI 2016-2020 foi homologado em junho de 2017. O documento está disponível no site da FURB, para consulta à toda comunidade.</p> <p>Em 2016 e 2017 não houve ações mais amplas de divulgação do PDI.</p> <p>A COPERA-PDI pretende, após a apresentação do Balanço Crítico do PDI em abril de 2018 para o CONSUNI, divulgar as metas alcançadas com o Plano, bem como o documento como um todo.</p>
	Imprimir o PDI num formato compacto (objetivos, metas e ações) e distribuir aos gestores;	<p>O PDI 2010-2015 foi totalmente revisado em 2013, sendo considerado finalizado na metade do ano de 2014, ou seja: um ano e meio para o fim de sua vigência. Desta forma, o mesmo não foi impresso, ficando apenas disponível em sua versão digital.</p>	<p>Como descrito anteriormente, o PDI 2016-2020 foi homologado no CONSUNI em julho de 2017. O mesmo não foi impresso para distribuição, estando disponível no site da FURB para consulta pública.</p> <p>Após a apresentação do primeiro Balanço Crítico do PDI (em abril de 2018) para o CONSUNI, a COPERA-PDI pretende fazer uma apresentação (<i>Sway</i>) para divulgação à comunidade universitária.</p>
	Pautar as ações (projetos) institucionais nos objetivos e metas estabelecidos no PDI;	<p>As ações institucionais foram pautadas em cima dos objetivos, metas e ações estratégicas estabelecidas no PDI. A gestão superior tem considerado este documento como o norteador dos processos institucionais.</p>	<p>A CPA observa que a Instituição tem pautado suas ações/projetos nos objetivos e metas estabelecidas no PDI. Muitas políticas aprovadas em 2016 e 2017 eram metas do Plano.</p>

<p>2.2.2. Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI.</p>	<p>Envolver a comunidade universitária na elaboração e revisão do PDI, especialmente os estudantes;</p>	<p>A comunidade universitária tem sido sistematicamente convidada a participar do processo de elaboração do PDI (docentes, técnicos e estudantes). Além das mensagens eletrônicas (e-mails institucionais) e o reforço nas redes sociais, a gestão superior vem reforçando o convite aos membros do CONSUNI.</p>	<p>A comunidade universitária é envolvida na elaboração e revisão do PDI por meio de representação na COPERA-PDI (docentes, técnicos, estudantes, comunidade externa e egressos). Além disso, na elaboração do documento, são realizados fóruns virtuais e presenciais. No CONSUNI a comunidade universitária também está representada.</p>
<p>2.4.3. Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas).</p>	<p>Institucionalizar uma Política de Acompanhamento dos Egressos FURB;</p>	<p>No final de 2016 foi levada uma proposta de Resolução, ao Conselho Universitário, com a proposição de um Programa de relacionamento contínuo entre a Universidade e seus alunos egressos. A mesma, por fim, tramitou e foi aprovada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017.</p>	<p>A recomendação foi plenamente atendida. A Resolução nº 003/2017, de 13 de fevereiro de 2017, instituiu a Política de Relacionamento com seus Egressos e o Programa <i>Alumni</i> da FURB.</p> <p>A Resolução nº 003/2017 prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Criação do Portal <i>Alumni</i></u>, com um banco de informações dos egressos. A adesão ao Portal é feita pelo Egresso, gratuitamente, e deverá ser renovada anualmente, com objetivo de atualização dos dados cadastrais, como contato e local de trabalho. • <u>Criação, nos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu do Núcleo de Acompanhamento de Egressos</u> que tem, entre outros objetivos, manter atualizado um banco de dados dos egressos do curso. <p>A CPA entende que a recomendação foi parcialmente atendida, pois a Universidade precisa se adaptar e implementar as ações propostas da Resolução.</p>
<p>Criar um banco de dados atualizado dos egressos;</p>			

	Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos;		Os egressos FURB continuam com uma conta de e-mails com endereço @furb.br, bem como pode realizar login na rede FURB.
	Promover ações que busquem, junto aos egressos da FURB, informações que possam contribuir com a melhoria dos cursos de graduação, bem como o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação;	Em 2016, houve indicação de ex-alunos para participar de comissões na Universidade, a exemplo da CPA (processo de autoavaliação) e da COPERA-PDI (elaboração e revisão do PDI);	A Resolução nº 003/2017 prevê ações que visam aproximar os egressos da Universidade. No entanto, por se tratar de uma política bastante recente e em implementação na FURB, a CPA não consegue mensurar seus resultados. Ainda assim, a CPA considerou que houve avanços com a implementação da resolução supracitada.
2.7.8. Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.	Ampliar a prestação de serviços à comunidade, a partir de projetos de pesquisa.	O PDI 2010-2015 (revisado em 2013) traz como meta e ação a ampliação da prestação de serviços pela Universidade. Neste contexto, os departamentos passaram a prestar serviços a partir de seus laboratórios. Houve a reorganização do Instituto FURB.	A CPA não identificou no período serviços relevantes à comunidade a partir de projetos de pesquisas. Houve apenas ações com objetivo organizacional.

<p>2.7.10. Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.</p>	<p>Instigar os estudantes a realizarem atividades com a comunidade a partir dos centros acadêmicos.</p>	<p>Pode-se observar que existem muitas ações realizadas pelos cursos, centros/diretórios acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes com a comunidade. Como exemplos citam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O DCE tem um programa chamado DCE Solidário, o qual ocorre de 3 a 4 vezes ao ano. Trata-se de uma interação entre os cursos com a comunidade e os Centros Acadêmicos se envolvem diretamente. - Alguns Centros Acadêmicos realizaram campanhas do agasalho, que foram doados no inverno, e também campanha de arrecadação de brinquedos, que foram doados no Natal. - Também com a intenção de resgatar uma tradição da FURB, o DCE organizou a Corrida da FURB, com percurso de 5-Km e aberto para toda a comunidade. - O Centro Acadêmico Livre de Engenharia Química realizou o CALEQ Solidário, com arrecadação de donativos que foram entregues à Casa Santana. - O DCE também organiza, anualmente, a vacinação contra H1N1. - O curso de enfermagem fez arrecadação de lenços para mulheres em tratamento para o câncer de mama (não tenho certeza se o centro acadêmico participou, o prof. Jarbas estava envolvido). 	<p>Como fora observado em 2016, a CPA identificou muitas ações realizadas pelos centros/diretórios acadêmicos junto à comunidade. Destacam-se algumas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Geladeira cultural: são depositados livros que qualquer pessoa, que tenha interesse nos mesmos, pode levar para si. - DCE Solidário: estudantes de diversos cursos realizam atendimento à comunidade regional (educação física, enfermagem, biomedicina, farmácia, nutrição, biologia, entre outros). - Bingo Solidário: em 2017, com o objetivo de alegrar o dia dos idosos do Asilo São Simeão, os alunos de Fisioterapia realizaram o bingo solidário. - Comemoração ao dia do Biólogo: no Parque Ramiro Ruedger, com o objetivo de mostrar a comunidade a atuação profissional do biólogo. Foram realizadas ações como distribuição de mudas, brincadeiras, conversa com os acadêmicos e professores do curso de Ciências Biológicas da FURB, envolvendo em torno de 400 pessoas. - 100 em 1 dia: também no Parque Ramiro Ruedger, com o objetivo de enfatizar a necessidade da sustentabilidade, preservação e conservação do meio ambiente, os estudantes de biologia realizaram ações.
---	---	---	---

<p>2.7.12. Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental.</p>	<p>Ampliar a divulgação das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental.</p>	<p>Observou-se ampliação de divulgação, tanto para comunidade interna quanto para a sociedade, das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental. O <i>Notícias FURB</i>, a partir do site institucional, bem como o <i>Facebook</i> oficial da Universidade tem realizado inúmeras ações de comunicação. O projeto Inventário Florístico Florestal foi amplamente divulgado, assim como o Projeto Bugio e a Feira de economia solidária (como exemplos).</p>	<p>Como apontado em 2016, a CPA observou que a FURB tem divulgado suas ações no <i>Notícias FURB</i>, a partir do site institucional, bem como o <i>Facebook</i> oficial da Universidade tem realizado inúmeras ações de comunicação. Além deste, as redes sociais da FURB TV e FURB FM tem realizado estas ações também, destacando as ações institucionais.</p> <p>A CPA entende que a recomendação foi plenamente atendida.</p>
<p>2.8.1. Mecanismos de acesso e permanência de estudantes com deficiência (temporárias e permanentes).</p> <p>2.8.2. Mecanismos de acesso e permanência dos servidores com deficiência (temporárias e permanentes).</p>	<p>Ampliar as ações para promoção da acessibilidade universal à Universidade;</p>	<p>Com a Resolução nº 059/2014, de 23 de outubro de 2014, foi instituída a Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/ Superdotação.</p> <p>A COPLAN em 2016 elaborou um diagnóstico sobre as dimensões de acessibilidade na FURB em todos os campi. O documento, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, foi entregue à DAC/PROAD para planejamento e execução das ações.</p>	<p>Em março de 2018, levou-se ao CONSUNI um processo para alteração no quadro de cargos da carreira dos Servidores Técnicos Administrativos para provimento da vaga de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a CAE e para a ETEVI. A recomendação da CPA foi parcialmente atendida porque houve avanços, embora a estrutura ainda precise ser implementada.</p> <p>Como explicitado em 2016, existe um diagnóstico que vem sendo executado, de acordo com as possibilidades institucionais (orçamento e pessoal). A recomendação da CPA foi parcialmente atendida pois há o que avançar na acessibilidade na infraestrutura da FURB.</p>

		<p>Para as demais dimensões de acessibilidade, também previstas no PDI, os setores envolvidos estão se mobilizando para execução de ações de melhoria (CAE/PROEN/ DGDP).</p>	<p>A recomendação da CPA vem sendo atendida.</p> <p>Em 2016 e 2017 houve a oferta de formação institucional de LIBRAS, nível básico e avançado para servidores da FURB, organizado pela DGDP;</p> <p>Também houve outras ofertas de formação, como o minicurso “A Inclusão da Universidade: alcances e limites”, para servidores técnicos e docentes; Seminário “Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior”; Oficina “Inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior”; “O Ensino e Aprendizagem na Cultura Surda”;</p>
	<p>Prover a estrutura necessária para a implementação do NInc (núcleo de inclusão);</p>	<p>No período foi criado o Núcleo de Inclusão, porém até o momento não foi estruturado para atender as demandas institucionais.</p>	<p>Em março de 2018, levou-se ao CONSUNI um processo para alteração no quadro de cargos da carreira dos Servidores Técnicos Administrativos para provimento da vaga de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a CAE e para a ETEVI. A recomendação da CPA foi parcialmente atendida porque houve avanços, embora a estrutura ainda precise ser implementada.</p>
<p>2.9.1. Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental.</p>	<p>Reestruturar a Coordenadoria do Meio Ambiente (CMA).</p>	<p>A Portaria nº 487/2013, de 17 de julho de 2013, designou os integrantes da Coordenadoria de Meio Ambiente/Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB (composição alterada pelas Portarias nº 776/2013 e nº 583/2013). A comissão foi reestruturada e algumas reuniões foram realizadas.</p>	<p>A recomendação da CPA foi plenamente atendida. A Portaria nº 0385/2017, de 24 de maio de 2017, designou os integrantes da Comissão de Meio Ambiente/Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB. Sob a coordenação do prof. Nicolau Cardoso Neto, a CMA foi reestruturada e algumas reuniões foram realizadas em 2017 e 2018.</p>

	<p>Revitalizar os programas vinculados ao SGA.</p>	<p>No que tange ao SGA houve avanços no programa de água e energia, com a implementação do projeto de eficiência energética. Está em discussão a revisão da política ambiental (que data do ano 2000) e um novo grupo para conduzir os programas vinculados ao SGA.</p>	<p>A CMA, nomeada em 2017, tem se reunido com o intuito de reorganizar o SGA da FURB e seus programas (Resíduos Sólidos, Resíduos Perigosos, Água e Energia.)</p> <p>A recomendação da CPA foi parcialmente atendida, pois houve a lotação de um servidor de carreira administrativa na CMA/SGA para dedicação integral (40h/semana) ao processo.</p> <p>Em 2016 e 2017 foram trocados milhares de lâmpadas fluorescentes por <i>Led</i> com a implementação do Programa Eficiência energética.</p> <p>Além disso, a CMA, em parceria com o PET Biologia FURB, aprovaram um projeto de extensão para diagnosticar (identificar e classificar) os resíduos gerados nos blocos R, S e T, de tal modo que possa ser estendido à toda Universidade posteriormente.</p>
	<p>Desenvolver ações institucionais de educação ambiental voltadas à formação dos servidores da FURB;</p>	<p>Sabe-se que em alguns setores específicos há instrução sistemática em relação às práticas de coleta e descarte de resíduos, tais como no hospital e na policlínica.</p>	<p>A recomendação da CPA vem sendo atendida.</p> <p>A CPA observou que, no campus V, em função dos serviços de saúde, há orientação aos servidores e estudantes no que tange ao descarte destes resíduos (biológicos/saúde). No complexo da saúde instituiu-se a <i>integração</i> dos estudantes quando da realização do estágio obrigatório, momento no qual recebe orientações relacionadas à coleta e descarte de resíduos;</p> <p>Houve também formação institucional relacionada ao Projeto Eficiência Energética</p>

			<p>da CELESC, foram 07 turmas de servidores capacitados.</p> <p>Em 2017, a CMA/SGA em parceria com o servidor Aílton Cardoso promoveu encontro com os técnicos dos laboratórios de Anatomia Humana e Animal, para discussão do descarte da solução dos tanques de conservação de peças anatômicas (formaldeído).</p>
--	--	--	--

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas			
FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA (2016)	ANÁLISE DA CPA: AÇÕES REALIZADAS 2017-2018/1
3.1.2. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI.	Elaborar o Projeto Pedagógico para os cursos sequenciais;	Embora conste como meta do PDI a revisão do PPI e a criação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos Cursos Sequenciais, com previsão de realização para 2014/II, observa-se que não houve avanços .	<p>A Resolução nº 201/2017, que instituiu as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB, aponta em seu artigo 3º que “A FURB poderá ofertar programas de estudos específicos que permitam desenvolver qualificações profissionais, caracterizando os chamados cursos sequenciais.”.</p> <p>No artigo 5º, fica determinado que “Os currículos dos cursos sequenciais deverão ser constituídos por, no mínimo, três componentes curriculares, cuja organização deve ser prevista nos PPCs dos cursos de graduação ou em projetos intercurso, obedecidas as determinações da legislação específica”.</p> <p>Em virtude da supracitada Resolução ter sido aprovada em dezembro de 2017, a CPA entende que houve iniciativas, mas não é</p>
3.1.4. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).	Elaborar o PPC para cada curso ofertado na referida modalidade;		
3.1.6. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da FURB.	Estabelecer, definir e		
3.2.4. Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais	quantificar metas a serem alcançadas para os cursos sequenciais, no PPC.		

<p>com as políticas constantes nos PPC.</p>			<p>possível analisar o atendimento da recomendação.</p>
<p>3.2.14. Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.</p>			
<p>3.1.9. Coerência entre as políticas de ensino para os cursos de graduação e as ações acadêmico-administrativas (sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/ utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/ oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria).</p>	<p>Desenvolver e utilizar material didático-pedagógico elaborado pelos docentes.</p>	<p>Em relação ao desenvolvimento e utilização de material didático-pedagógico, nenhuma ação foi observada no período.</p> <p>Os projetos pedagógicos dos cursos das licenciaturas passaram por revisão para atender as alterações da carga horária na legislação. Também, por meio da Resolução nº 064/2016, de 07 de dezembro de 2016, houve revisão na quantidade de vagas por curso e também adequação da nomenclatura dos mesmos.</p> <p>A respeito da oferta de componentes curriculares semipresenciais, existem disciplinas ofertadas na modalidade EaD. A Divisão de Registros Acadêmicos está criando um dispositivo no sistema de registro acadêmico para que a carga horária total de EaD seja computada e não haja risco de ultrapassar os 20%.</p>	<p>Em relação ao desenvolvimento e utilização de material didático-pedagógico, para os cursos de graduação presencial, nenhuma ação institucional foi observada no período. Para o curso de Turismo ofertado na modalidade EaD, os materiais didáticos-pedagógicos estão sendo elaborados.</p> <p>A Resolução nº 201/2017, que instituiu as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB, aponta a necessidade de adequação de todos os PPCs de graduação da FURB a partir da publicação da mesma.</p> <p>Por se tratar de uma política bastante recente e em implementação, a CPA considerou que houve avanços, embora não consiga mensurar seus resultados.</p>

3.2.5. Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).	Ampliar a flexibilidade curricular, possibilitando ao estudante escolher uma disciplina de qualquer curso e integralizar em seu currículo.	Os cursos da FURB têm permitido aos estudantes escolherem, pelo menos, duas disciplinas eletivas na matriz curricular de todos os cursos. Trata-se de uma inovação no que tange a integralização curricular.	A Resolução nº 201/2017, que instituiu Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB, aponta em seu 7º artigo, que os currículos deverão indicar componentes curriculares eletivos e/ou optativos como forma de flexibilização curricular. A partir de um levantamento realizado pela CPA foi possível observar que alguns cursos já “flexibilizam” o currículo com a inserção de disciplinas optativas, eletivas, AACC.
	Estabelecer convênios de cooperação com áreas do conhecimento ainda não contempladas na FURB, promovendo igualdade de oportunidade à comunidade discente na mobilidade/ intercâmbios.	Entre 2014 e 2016 foram assinados 22 convênios, dentre eles 10 ofertam cursos na área das Ciências Humanas, totalizando 25 diferentes possibilidades de intercâmbio para os alunos destes cursos. Por exemplo, para o curso de História, contando todos os convênios assinados e que estão vigentes, são 14 Instituições de Ensino Superior que podem acolher os alunos da FURB em 7 países, no idioma alemão, espanhol e português. Desta forma, observa-se que há igualdade de oportunidade à participação discente na mobilidade/ intercâmbios.	A recomendação da CPA foi plenamente atendida. De acordo com o Relatório de Atividades Institucionais 2017, a CRI gerencia, atualmente, acordos com mais de 70 Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras. A CPA observou que todas as áreas do conhecimento, nas quais a FURB atua, tem igualdade de oportunidade na mobilidade/intercâmbio.
	Realizar seminários que permitam trocas entre estudantes, docentes e comunidade externa acerca de assuntos pertinentes à formação acadêmica dos cursos ou das áreas de conhecimento;	Podem ser citadas algumas ações, tais como: o Fórum das Licenciaturas; as aulas magnas no início de cada semestre letivo; os seminários realizados pelas Unidades Universitárias; bem como as semanas acadêmicas, organizada pelos estudantes da Instituição.	A recomendação da CPA foi plenamente atendida. Além do que já fora apontado em 2016 pela CPA, observou-se que o evento Universidade Aberta . O evento tem como proposta criar este espaço de encontro, diálogo interdisciplinar e reflexão, discussão e debate de ideias, direcionado aos estudantes de todos os cursos, à comunidade acadêmica e também à comunidade externa. O evento ocorre uma

			vez por mês com um tema diferente e tem atraído um público considerável a cada edição.
3.2.7. Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.	Avançar no uso de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem;	<p>O PDI apresenta metas e ações referentes à Inovação e ao uso de novas tecnologias para a área de ensino.</p> <p>O Laboratório de Instrumentação para Formação de Educadores (LIFE), criado em 2013, tem como público-alvo licenciandos e docentes dos programas de formação de professores da FURB, bem como estudantes e professores das escolas públicas de educação básica de Blumenau e região.</p> <p>Sabe-se ainda que o laboratório de fotografia fez a aquisição de novos equipamentos para qualificar a manipulação de fotografias e criação de artes gráficas.</p>	<p>A recomendação da CPA foi atendida. Em 2017 foi criado um espaço para o professor compartilhar ideias, aprender na prática e sair pronto para mudar a dinâmica de sua própria sala de aula. Assim é o laboratório de criatividade voltado à formação continuada, o EfeX (Espaços de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores), que teve sua primeira unidade inaugurada na FURB. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o CIEB (Centro para Inovação da Educação Brasileira), a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e a Universidade.</p>
	Adequar o sistema de acesso à internet às demandas da FURB no processo de ensino-aprendizagem.	<p>No campo do acesso à internet, nos últimos 20 meses houve um investimento em torno de R\$ 800 mil reais com equipamentos como: <i>access points</i>, <i>switchs</i> e fibras óticas. Esta iniciativa, que continua em evolução, permitiu a ampliação da cobertura e disponibilidade da rede sem fio, ampliar a velocidade de 1 para 10 Gpbs entre os campi, substituir os equipamentos obsoletos da rede cabeada.</p>	<p>Com o investimento realizado e descrito em 2016, o sistema de acesso à internet foi adequado às demandas da FURB. Além disso, com a implementação do Office 365, TODOS os estudantes possuem uma caixa de e-mail institucional (@furb.br).</p> <p>Assim, a CPA entendeu que houve avanços e melhorias institucionais.</p>

<p>3.2.8. Participação dos estudantes na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.</p>	<p>Criar mecanismos de participação efetiva do corpo estudantil na elaboração do PPC, tanto os estudantes ativos quanto os egressos;</p>	<p>Os estudantes são membros representativos em todos os conselhos setoriais e superiores. Consta como meta do PDI “criar mecanismos que permitam uma participação mais significativa (dos estudantes) tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão dos PPC”. Vale destacar que na FURB a elaboração e revisão dos currículos são de competência dos NDE, no qual não há previsão de participação dos estudantes. Apesar disso, existem estudantes que foram convidados a participar do NDE de seus cursos.</p>	<p>Não houve avanços. Embora se observe a participação de alguns estudantes, isso ocorre de forma espontânea e não institucionalizada.</p>
<p>3.2.9. Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos estudantes.</p>	<p>Disponibilizar o PPC no site da FURB para consulta de toda a comunidade universitária.</p>	<p>Os PPC foram disponibilizados pela DME/PROEN, em coadjuvação com a DTI/PROAD, no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) para acesso de todos os estudantes. Há intenção de disponibilizar no website, de maneira pública, porém, alguns PPC precisam ser adequados.</p>	<p>A recomendação da CPA foi atendida plenamente, pois todos os PPC estão no site da Universidade, para consulta pública.</p>
<p>3.2.10. Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático - pedagógico, infraestrutura...).</p>	<p>Criar estratégias de motivação e envolvimento, junto aos estudantes, para maior participação dos mesmos na avaliação;</p>	<p>Foram atribuídas horas de AACC (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais) para os estudantes que responderam ao questionário. Essa estratégia foi implementada com o sentido de motivar os acadêmicos a participarem da avaliação e melhorar os índices. Sabe-se que nos anos de 2014 e 2015 houve um acréscimo no número de respondentes.</p>	<p>Não houve avanços. A única estratégia foi a atribuição das horas de AACC (Atividades Acadêmico-Científico- Culturais) para os estudantes que responderam ao questionário.</p>
	<p>Atribuir aos coordenadores de curso a responsabilidade do</p>	<p>Realizou-se uma reunião sobre a atribuição aos coordenadores de curso da responsabilidade do índice de respostas dos</p>	<p>Não houve avanços.</p>

	<p>índice de respostas dos estudantes do curso no processo avaliativo;</p>	<p>estudantes do curso no processo avaliativo, na qual estavam presentes integrantes da PROEN, da PROAD e diretores de Unidades Universitárias. No entanto, não foi oficializado. Sendo assim, nenhuma ação, por parte da Instituição, foi implementada.</p>	
	<p>Mostrar e divulgar os resultados da avaliação aos estudantes;</p>	<p>A FURB tem intenção de enviar oficialmente os relatórios ao DCE.</p>	<p>Não houve avanços. A CPA observou que o setor de Pesquisa e Avaliação Institucional, disponibiliza o relatório com os resultados da avaliação do ensino para o Colegiado do curso avaliado e da direção da Unidade Universitária à qual o curso está vinculado. O objetivo é que possibilite aos gestores a tomada de decisões sobre a qualidade do ensino oferecido.</p>
<p>3.3.5. Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação</p>	<p>Promover atividades de integração entre a pós-graduação <i>lato sensu</i> e a graduação.</p>	<p>Nos departamentos não foram encontradas informações relacionadas com atividades integradas entre a pós-graduação <i>lato sensu</i> e a graduação e também nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período.</p>	<p>Não houve avanços.</p>
<p>3.5.8. Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.</p>	<p>Prever regramento institucional para a participação dos docentes em eventos.</p>	<p>A Resolução nº 022/2016, de 10 de junho de 2016, regulamenta as licenças para participação em eventos e atividades correlatas, dentro e fora do país, para os servidores da FURB e dispõe sobre afastamento do Reitor e Vice-Reitor para o exterior.</p> <p>O apoio institucional constitui-se no afastamento remunerado das funções docente, por meio de publicação de Portaria. Os docentes têm, por outro lado,</p>	<p>A recomendação da CPA foi atendida plenamente, pois a Resolução nº 022/2016, de 10 de junho de 2016, regulamenta as licenças para participação em eventos e atividades correlatas, dentro e fora do país, para os servidores da FURB e dispõe sobre afastamento do Reitor e Vice-Reitor para o exterior.</p>

		se afastado da Instituição por meio de previsões em seus projetos de pesquisa, desde que de acordo com o regramento vigente.	
3.5.9. Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos.	Estabelecer regramento para participação dos discentes em eventos científicos, representando a FURB;	Nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período. Os discentes têm se afastado da Instituição por meio de previsões feitas nos projetos de pesquisa de seus orientadores. De uma forma geral não existe um regramento institucionalizado com práticas estabelecidas para participação de discentes em eventos científicos.	De uma forma geral não há regramento institucionalizado com práticas estabelecidas para participação de discentes em eventos científicos. Para participação dos discentes em eventos científicos representando a FURB, é preciso prever nos projetos de pesquisa e de extensão.
3.14.3. Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros.			
3.6.7. Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.	Ampliar o número de projetos apresentados aos órgãos de fomento, ou agências de natureza pública ou privada;	Os poucos editais que foram publicados pelas agências de fomento no ano passado, por exemplo, tiveram uma participação maciça de nossos pesquisadores. Cabe ressaltar que houve uma diminuição bastante significativa no número de editais publicados e de valores disponibilizados pelas agências de fomento. O CNPq publicou pouquíssimos editais nos últimos dois anos e tivemos bolsas de IC cortadas em agosto e devolvidas em Janeiro/2017. FAPESC idem. A FURB tem um projeto aprovado na CAPES desde 2014 e só agora estão sinalizando o repasse. Há outro na FINEP aprovado desde junho do ano passado e o repasse não ocorreu.	A recomendação vindo sendo atendida , embora se tenha conhecimento de que, conforme descrito em 2016, os poucos editais que foram publicados pelas agências de fomento no ano passado, por exemplo, tiveram uma participação maciça dos pesquisadores da FURB. A CPA observa que, de modo geral, os projetos de pesquisa com fomento externo ainda representam um pequeno volume. A grande maioria dos projetos estão voltados à iniciação científica e contam com fomento interno.
	Ampliar a captação de recursos por parte dos pesquisadores para viabilizar seus projetos;		

	Manter os registros dos projetos enviados (não somente dos aprovados) de modo a conhecer seu desempenho como proponente de projetos.	Ficam registrados apenas os projetos que foram aprovados nos órgãos de fomento. Não houve avanços no sentido de registrar os projetos não aprovados.	Não houve avanços. A PROPEX entendeu que o registro é desnecessário.
	Criar mecanismos para identificar docentes com perfil de pesquisador e ampliar o número de projetos com fomento externo;	Via de regra o docente toma a iniciativa de elaborar projetos para captação de recursos. Em 2016 foi realizada uma ação/formação para “escrita de projetos para concorrer nos editais externos”. Os bolsistas de produtividade da FURB relataram suas experiências na aprovação de projetos. Formações com muitos participantes, os quais elogiaram a atividade.	Conforme descrito, em 2016 realizou-se uma ação/formação para “escrita de projetos para concorrer nos editais externos”. De modo geral a DAP já “mapeou” quais são os docentes pesquisadores. Assim, a recomendação vem sendo atendida.
3.6.8. Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.	Identificar e divulgar a captação <i>per capita</i> (por docente ou por curso);	No SIPEX ficam registrados os dados dos pesquisadores que efetivamente captam recursos. Em relação à divulgação, isso tem sido realizado pelo <i>Notícias FURB</i> , eventualmente. Cabe ressaltar que houve uma diminuição bastante significativa no número de editais publicados e de valores disponibilizados pelas agências de fomento.	A recomendação vem sendo atendida. No SIPEX ficam registrados os dados dos pesquisadores que efetivamente captam recursos. No SIPEX ficam registrados os dados dos pesquisadores que efetivamente captam recursos. A divulgação tem sido realizada pelo <i>Notícias FURB</i> , eventualmente.
3.6.11. Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.	Tornar transparentes os critérios de alocação de recursos para as diversas atividades da FURB, e em especial para a pesquisa.	O orçamento para a pesquisa é elaborado pela PROPEX/DAP, a qual utiliza como critério as necessidades dos pesquisadores em seus projetos aprovados.	A recomendação da CPA foi atendida. O orçamento para a pesquisa é elaborado pela PROPEX/DAP, com base nas diretrizes orçamentárias aprovadas no CONSUNI e utiliza como critério as necessidades dos pesquisadores em seus projetos aprovados. O orçamento da FURB pode ser consultado no Portal de Transparência, por meio do link

			http://www.furb.br/web/4927/servicos/transparencia-furb/apresentacao
3.7.11. Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão.	Estimular o desenvolvimento de projetos de extensão pelos técnico-administrativos nas áreas temáticas estabelecidas pela política de extensão e que tenha relação com o seu trabalho na FURB.	<p>Tendo em vista a necessidade de inserir os servidores de carreira administrativa nas atividades de extensão, o Edital PROPEX nº 05/2016 prevê apoiar projetos de extensão que tenham articulação com o ensino e pesquisa, envolvendo docentes, discentes e/ou servidores técnico-administrativos da FURB.</p> <p>No referido edital, limitou-se para a categoria Técnico-administrativo de Nível Superior a proposição dos projetos (desde que com anuência manifestada por escrito, e contendo a assinatura da chefia do setor ao qual o STA encontra-se lotado). Sabe-se que dois projetos de STA foram aprovados no referido Edital.</p>	<p>A recomendação foi atendida plenamente.</p> <p>Com os editais de apoio à extensão nº 05/2016 e 01/2017 criou-se possibilidades de interprofissionalidade/ interdisciplinaridade a partir da configuração de seis categorias, dentre elas a Categoria VI, na qual poderiam ser aprovados <i>Até dois (02) projetos, cada qual com a possibilidade de liberação de até quatro (04) horas para que o servidor técnico-administrativo pudesse executar o projeto, e até quatro (04) horas para o servidor docente que viesse integrar a equipe. Nesta categoria, a proposição de projetos foi determinada de modo exclusivo aos servidores técnico-administrativos de nível superior.</i> Para cada um dos projetos foi disponibilizada uma (01) bolsa de extensão, no valor de dez (10) créditos financeiros, por 10 meses, em uma carga horária de dezesseis (16) horas semanais. Nesta categoria foi atribuído o valor de R\$ 400,00 à título de ajuda de custo, para cada projeto.</p>
	Estimular o envolvimento dos servidores técnico-administrativos nos projetos de extensão, por meio de critérios previstos em editais específicos, inclusive com pontuação no plano de carreira;		<p>A recomendação foi atendida plenamente.</p> <p>Para atuar como “extensionista/ membro do projeto”, necessário apenas a anuência da chefia imediata do servidor, por escrito.</p>

	<p>Ampliar a carga-horária de extensão nos cursos até alcançar o estabelecido nas normativas (10% da CH do curso);</p>	<p>Nos projetos aprovados, nos Editais de Extensão, que estão em vigência (2017) somam-se mais de 800 horas docentes. O Edital PROPEX nº 005/2016 prevê a obrigatoriedade de participação de mais de um curso na execução de cada projeto.</p> <p>No que diz respeito à revisão do PPC para inserção da curricularização da extensão, está prevista a meta no PDI “Mobilizar a inserção do princípio da curricularização da extensão nos PPCs da graduação”. No PDI também consta como meta de Ensino “Revisar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)”. E como ação “Curricularizar a Extensão nos PPC.”.</p>	<p>A Resolução nº 201/2017, que instituiu Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB, aponta em seu artigo 15, que “Deverão constar no PPC as estratégias de implantação gradual para integralização curricular das ações de extensão, devendo totalizar 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, de acordo com a legislação em vigor. Os currículos deverão incluir espaços destinados à apresentação e à discussão das experiências obtidas nas atividades de extensão, podendo ser em seminários temáticos, em semanas acadêmicas, ou outras atividades correlatas.”.</p> <p>Em virtude da supracitada Resolução ter sido aprovada em dezembro de 2017, a CPA entende que houve iniciativas, mas não é possível analisar o atendimento da recomendação.</p>
	<p>Pagamento por serviços ocasionais extraordinários.</p>	<p>Há resoluções específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução nº 31/2015, que regulamenta a prestação de serviços ocasionais, no âmbito da FURB, e - Resolução nº 06/2016, que estabelece regras para pagamento a servidores da FURB decorrente da prestação de serviços ocasionais relativos aos cursos sequenciais e cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> presencial e a distância (EaD). 	<p>A recomendação foi atendida plenamente. Conforme mencionado em 2016, as Resoluções nº 031/2015 e 006/2016 estabelecem regras para pagamento por serviços ocasionais.</p>
<p>3.7.7. Integração das atividades de extensão</p>	<p>Estimular a pesquisa integrada com a extensão como critério para qualificação dos projetos</p>	<p>O Edital PROPEX nº 005/2016 prevê apoiar projetos de extensão que, necessariamente, atendam ao seguinte critério: Relação entre Ensino, Pesquisa e</p>	<p>A CPA entendeu que a recomendação foi atendida parcialmente. No que diz respeito à Extensão Universitária, conforme descrito em 2016: o Edital prevê aprovar os projetos que</p>

<p>com as de ensino e da pesquisa.</p>	<p>apresentados nos editais e nos relatórios de avaliação.</p>	<p>Extensão. Para tanto é necessário constar no formulário eletrônico do projeto: “Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão: informar se a proposta está prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou no Plano Departamental a que se encontram vinculados os docentes que integram a equipe do projeto. Informar se a proposta encontra-se integrada ao ensino de graduação; se a mesma é resultado de um projeto de pesquisa ou se apresenta potencial para o desenvolvimento de pesquisa”.</p> <p>No PDI 2016-2020 consta como ação “Estimular formulação de propostas de extensão claramente vinculadas ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, estabelecendo tal vinculação como critério para qualificação dos projetos apresentados nos editais e nos relatórios de avaliação”.</p>	<p>atendem ao critério <i>Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão</i>.</p>
<p>3.7.12. Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.</p>	<p>Realizar fóruns e eventos que permitam à comunidade trazer suas demandas à Universidade.</p>	<p>Sabe-se que a comunidade externa participa ativamente da execução e da avaliação das ações de extensão da FURB.</p> <p>Para ampliar a participação da comunidade externa na construção de ações de extensão, consta no PDI 2016-2020, como ação, “Prever representação externa (individuais ou da sociedade organizada) na CAPEX (Comissão de Avaliação de Projetos de Extensão), para que possam trazer as demandas da sociedade, dos grupos externos”. Também consta como ação “Criar o evento ‘Festival de Extensão’ ou</p>	<p>Embora constem metas no PDI, a recomendação não foi atendida. Entretanto, a CPA entende que houve avanços, pois, de acordo com o Edital, “As propostas deverão ser acompanhadas de carta de aceite assinada por representante da comunidade externa ou instituição parceira mencionada no projeto apresentado.”, cujo documento deverá ser anexado junto ao projeto. As propostas que não apresentarem carta de aceite não serão homologadas”.</p> <p>Assim, a comunidade é classificada como “Co-partícipe”, e que deverá manifestar concordância na forma de Carta de Aceite,</p>

		‘Semana da Extensão’, para a comunidade, extensionistas e ações de extensão.’.	assinada por representante da comunidade externa ou instituição parceira mencionada no projeto apresentado.
3.7.15. Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo seja abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão.	Desenvolver projetos de pesquisa com base nas problemáticas apontadas pelos projetos e programas de extensão.	O Edital PROPEX nº 05/2016, prevê a “amarração” entre ensino, pesquisa e extensão. Neste Edital, inclusive, é preciso informar se a proposta é resultado de um projeto de pesquisa ou se apresenta potencial para o desenvolvimento de pesquisa.	A recomendação foi atendida. De acordo com a DAEX, no formulário do projeto de Extensão, o proponente precisa evidenciar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A CPA observou que alguns projetos de extensão são oriundos de docentes que são pesquisadores e vinculados à PPGs, os quais desenvolvem o projeto de extensão com seus grupos de pesquisa, tais como o PPGEA, PPGDR.
3.9.1. Existência de uma Política Institucional de Comunicação.	Criar a Política Institucional de Comunicação, norteadora das ações que envolvam a comunicação interna e externa.	A Política Institucional de Comunicação não foi institucionalizada. Assim, nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período.	Não houve avanços.
3.11.3. Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.	Melhorar a infraestrutura tecnológica, visando à garantia das informações recebidas e enviadas e a geração de relatórios de desempenho. (A infraestrutura tecnológica não atende de forma eficiente, pois com o passar do tempo as informações (registros) podem se perder).	Nenhuma nova ação, por parte da Instituição, foi observada no período. Continuam existindo problemas de infraestrutura tecnológica (protocolo para recebimento, acompanhamento das demandas).	A recomendação foi atendida. Cabe ressaltar que a FURB disponibilizou à todos os alunos e servidores da FURB o Office 365, um porta de serviços, com inúmeras facilidades. Com esse novo portal as caixas de e-mails institucionais ficaram com a alta capacidade, nuvem particular com espaço de 5TB e muito mais.

3.11.4. Existência de registros das demandas e observações da comunidade acadêmica à Ouvidoria.	<p>Criar um <i>Protocolo do atendimento</i>, de modo que o reclamante possa acompanhar seu processo.</p>	<p>Nenhuma ação, por parte da Instituição, não foi implantado um sistema de protocolo, conforme já indicado pela CPA em relatórios anteriores.</p>	<p>Embora a recomendação não tenha sido atendida, a CPA observou que o reclamante/denunciante consegue acompanhar seu processo por meio de mensagem eletrônica. Ainda, ressalta-se que a FURB vem discutindo a aquisição de um software/módulo para gestão das demandas da Ouvidoria.</p>
	<p>Registrar na ouvidoria a eficácia do serviço, ou seja, das ocorrências que a Ouvidoria recebe quantas são solucionadas de fato.</p>		<p>A recomendação foi atendida. De acordo com a Ouvidoria, todas as demandas recebidas, por e-mail ou pelo website, são encaminhadas para resolução. Caso se perceba que o responsável não deu encaminhamento, a Ouvidoria cobra resolutivas.</p>
3.12.10. Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.	<p>Institucionalizar políticas de acompanhamento dos egressos.</p>	<p>No final de 2016 foi levada uma proposta de Resolução, ao Conselho Universitário, com a proposição de um Programa de relacionamento contínuo entre a Universidade e seus alunos egressos. A mesma, por fim, tramitou e foi aprovada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017.</p>	<p>A recomendação foi atendida plenamente. A Resolução nº 003/2017, de 13 de fevereiro de 2017, instituiu a Política de Relacionamento com seus Egressos e o Programa Alumni da FURB (alguns dispositivos foram alterados pelas Resoluções nº 065/2017 e nº 089/2017).</p>
3.12.11. Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais.	<p>Promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.</p>		<p>A Resolução nº 003/2017, supracitada, tem como objetivos, entre outros, “fortalecer a relação entre a FURB e seus egressos por meio da participação ativa dos mesmos na discussão e aprimoramento das atividades da Universidade em relação à sociedade.”</p>

	<p>Criar uma base de dados com informações atualizadas dos egressos.</p>		<p>A Resolução nº 003/2017 tem como objetivos, entre outros, “manter registros atualizados de egressos, necessários à constituição de um banco de dados com informações que possibilitem uma interação contínua entre os Egressos e a FURB”. Para tanto, prevê-se a criação do <i>Portal do Alumni</i>, cuja adesão é gratuita, eletrônica no site da FURB, com renovação anual.</p> <p>Além disso, a supracitada resolução determina que os cursos de graduação e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> constituirão um <i>Núcleo de Acompanhamento de Egressos</i>, com objetivo de, entre outras questões, manter atualizado um banco de dados dos Egressos do curso.</p> <p>O canal de comunicação entre a FURB e seus egressos, com a implementação da política, será o e-mail institucional (@furb.br).</p>
	<p>Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos.</p>		
<p>3.13.1. Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.</p>	<p>Promover acompanhamento psicossocial e pedagógico aos discentes;</p>	<p>A equipe técnica da CAE realiza o primeiro atendimento relacionado à integridade psicológica dos discentes e, a partir desse primeiro acolhimento, é realizado o encaminhamento de acordo com as necessidades e condições do estudante.</p>	<p>Não houve avanços.</p> <p>Conforme descrito em 2016, a equipe técnica da CAE realiza o primeiro atendimento e, a partir desse primeiro acolhimento, é realizado o encaminhamento de acordo com as necessidades e condições do estudante.</p>
<p>3.13.2. Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).</p>	<p>Disponibilizar pessoal para a promoção da integridade psicológica de discentes, por meio de orientação e aconselhamento especializado.</p>		
<p>3.13.4. Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.</p>		<p>Não existe um programa institucionalizado.</p>	<p>Não houve avanços.</p>

			Não existe um programa institucionalizado.
3.13.9. Existência de programa de acessibilidade.	Realizar um diagnóstico sobre a acessibilidade nos campi da FURB e, a partir dele, planejar e realizar ações de promoção de mobilidade/acessibilidade universal.	A COPLAN em 2016 elaborou um diagnóstico sobre as dimensões de acessibilidade na FURB em todos os campi. O documento, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, foi entregue à DAC para planejamento e implementação das adequações necessárias.	A recomendação da CPA foi atendida plenamente. No que diz respeito acessibilidade arquitetônica, o diagnóstico sobre a acessibilidade nos campi da FURB foi concluído e, a partir dele, metas e ações foram planejadas, tendo algumas sido realizadas, para promover a mobilidade/acessibilidade universal.
3.13.11. Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso.	Identificar, nos PPC, a previsão de monitoria e analisar, comparativamente, às bolsas existentes, de modo a verificar a coerência.	De modo geral, as bolsas de monitoria são concedidas de acordo com as necessidades dos cursos. São realizados concursos (processo seletivo) para ocupação destas vagas a partir de editais próprios. Com a revisão de diversos PPC, a CPA irá avaliar esta questão no próximo processo de autoavaliação (2015-2017) para identificar a coerência.	A recomendação foi atendida. De modo geral, as bolsas de monitoria são concedidas de acordo com as necessidades dos cursos, devendo estar previsto nos PPCs. São realizados concursos (processo seletivo) para ocupação destas vagas a partir de editais próprios.
3.15.2. Relação entre o número de vagas/ cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).	Analisar e rever as quantidades de vagas aprovadas legalmente por curso (PPC) de modo a identificar a verdadeira ociosidade existente nos cursos.	Em 2016 tramitou e aprovou-se a Resolução nº 64/2016, de 07 de Dezembro de 2016, que estabelece o número de vagas anuais por curso.	A recomendação foi atendida plenamente com a institucionalização da Resolução nº 64/2016.
3.15.3. Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências,	Aumentar o número médio de estudantes por turma/curso, de modo a melhorar o desempenho das turmas (número mínimo/ ponto de	Existe um estudo em andamento, na DRA e DPE (PROEN) no sentido de revisar as disciplinas (componentes curriculares) existentes, adequar nomenclaturas e ementas. Existe também um estudo em relação ao número de	A recomendação foi atendida. A partir do estudo realizado pela DRA e DPE (PROEN) algumas turmas foram agrupadas no sentido de melhorar o desempenho das turmas.

número médio de estudantes por turma(curso).	equilíbrio/ margem de contribuição).	estudantes/turma/curso, para melhorar este índice.	
3.15.5. Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis, transferência de turma e de turno.	Promover o acesso, aos estudantes, de serviços <i>online</i> , e ampliar a possibilidade de tramitação destes documentos;	A partir do Portal Acadêmico é possível acessar diversos serviços (matrículas, solicitação de vagas, histórico escolar, formulários, manuais, classificados, entre outros). O novo sistema de gestão universitária prevê outras melhorias para acesso e tramitação de documentos.	A recomendação foi atendida parcialmente. A partir do Portal Acadêmico é possível acessar diversos serviços (matrículas, solicitação de vagas, histórico escolar, formulários, manuais, classificados, entre outros). No que diz respeito à tramitação destes documentos, ainda há o que avançar.
3.15.6. Acesso do discente ao manual do estudante e ao projeto pedagógico do curso.	Facilitar, aos estudantes, o acesso a documentos e manuais (<i>online</i>), especialmente ao PPC.	No período de matrículas os estudantes recebem o Manual do Estudante. Os PPCs de quase todos os cursos já estão disponíveis no site da Universidade.	A recomendação foi atendida plenamente. Os PPC de todos os cursos estão disponíveis para consulta pública no site da FURB.
3.16.1. Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.	Promover ações para estabelecer e fortalecer o relacionamento com os egressos;	No final de 2016 foi levada uma proposta de Resolução, ao Conselho Universitário, com a proposição de um Programa de relacionamento contínuo entre a Universidade e seus alunos egressos. A mesma, por fim, tramitou e foi aprovada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017 (Resolução nº 003/2017).	A recomendação foi parcialmente atendida. A Resolução nº 003/2017, supracitada, tem como objetivos, entre outros, “fortalecer a relação entre a FURB e seus egressos por meio da participação ativa dos mesmos na discussão e aprimoramento das atividades da Universidade em relação à sociedade.” Além da política, foram realizados alguns eventos nos quais foram convidados os egressos para participação (à exemplo do PPGAd) bem como em comissões institucionais, como a CPA e a COPERA-PDI.
3.16.2. Mecanismos para a criação de uma base de dados com informações	Estabelecer, no sistema de gestão universitária, mecanismo de	A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180	A Resolução nº 003/2017 tem como objetivos, entre outros, “manter registros atualizados de egressos, necessários à constituição de um

<p>atualizadas dos egressos da graduação da FURB.</p>	<p>atualização sistemática de informações (base de dados) dos estudantes formados da FURB.</p>	<p>dias para que as unidades responsáveis apresentem esta solução à Universidade.</p>	<p>banco de dados com informações que possibilitem uma interação contínua entre os Egressos e a FURB”. Para tanto, prevê-se a criação do <i>Portal do Alumni</i>, cuja adesão é gratuita, eletrônica no site da FURB, com renovação anual.</p> <p>Além disso, a supracitada resolução determina que os cursos de graduação e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> constituirão um <i>Núcleo de Acompanhamento de Egressos</i>, com objetivo de, entre outras questões, manter atualizado um banco de dados dos Egressos do curso.</p> <p>Diante do exposto, a CPA entende que houve iniciativas, mas não é possível analisar o atendimento da recomendação.</p>
<p>3.16.3. Mecanismos para avaliar a adequação da formação do egresso da graduação para o mercado de trabalho.</p>	<p>Promover mecanismos de comunicação, seminários e outros eventos, por meio dos quais os egressos da FURB possam relatar os desafios e facilidades encontrados na vida profissional após sua formação acadêmica;</p>	<p>A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas apresentem propostas destes mecanismos.</p>	<p>A recomendação foi parcialmente atendida. Em 2017 e 2018 foram realizados eventos nos quais foram convidados os egressos para participação, tais como comemoração de aniversário do PPGAd. Também convém ressaltar que há previsão de participação em comissões institucionais, como a CPA e a COPERA-PDI.</p>
<p>3.16.4. Mecanismos de utilização das opiniões dos egressos da graduação para aperfeiçoamento do processo de formação.</p>	<p>Utilizar as informações oriundas dos egressos como referência para ações de aperfeiçoamento do curso e da formação;</p>	<p>Em 2016, houve indicação de ex-alunos para participarem de comissões na Universidade, a exemplo da CPA (processo de autoavaliação) e da COPERA-PDI (elaboração e revisão do PDI);</p>	<p>A CPA entende que houve iniciativa com a institucionalização da Resolução nº 003/2017, que tem como objetivos, entre outros, “fortalecer a relação entre a FURB e seus egressos por meio da participação ativa dos mesmos na discussão e aprimoramento das</p>

3.16.5. Realização de cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.	Promover cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos;	A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas apresentem propostas destes mecanismos.	atividades da Universidade em relação à sociedade.” No entanto, as unidades administrativas e acadêmicas têm um prazo de 180 dias (da publicação da mesma) para apresentar propostas.
3.16.6. Realização de seminários e outros eventos voltados para constante atualização dos egressos.		A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas apresentem propostas destes mecanismos.	Assim, não é possível analisar o atendimento da recomendação.

Eixo 4 - Políticas de Gestão			
FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA	ANÁLISE DA CPA: AÇÕES REALIZADAS 2017-2018/1
4.1.6. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na Instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.	Desenvolver e aplicar processo seletivo para técnico-administrativos temporários aos moldes do que ocorre com o corpo docente (PSPS);	A Resolução nº 006/2015, de 06 de março de 2015, dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado (PSPS) para contratação de servidor técnico administrativo para desenvolver atividades na FURB, correlatas aos cargos definidos na Lei Complementar nº 744/2010. Os processos seletivos ocorrem por meio de Editais publicados no site da FURB.	A recomendação da CPA foi atendida plenamente com a implementação da Resolução nº 006/2015, de 06 de março de 2015.

<p>4.1.8. Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.</p>		<p>A Resolução nº 002/2015, de 04 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável no âmbito da FURB. A avaliação tem ocorrido a cada 6 meses e, ao final de 18 meses, conforme o desempenho do servidor, ele terá (ou não) progressão em sua carreira.</p>	<p>A recomendação da CPA foi atendida plenamente com a implementação da Resolução nº 002/2015, de 04 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável no âmbito da FURB.</p>
<p>4.1.13. Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.</p>	<p>Promover a formação do corpo técnico-administrativo sob a perspectiva educacional (SINAES/ IES públicas);</p>	<p>Durante o período houve formação institucional para os novos coordenadores de curso (empossados após as eleições) e para os servidores técnico-administrativos com os temas de avaliação institucional (SINAES, CPA, PDI) e assuntos relacionados.</p> <p>Também ocorreu formação institucional relacionada à legislação universitária, com o prof. Nildo Inácio (direito), que tratou das normativas federais, estaduais, municipais e da FURB (Estatuto, Regimento, Leis Complementares, etc.).</p>	<p>A recomendação da CPA vem sendo atendida. Durante o período houve formação institucional para o corpo técnico e docente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Palestra: Plano Nacional de Educação e Políticas Institucionais – materialização das metas para o Ensino Superior; - Conferência: Organização do Ensino Superior frente aos Sistemas de Avaliação; - Workshop: Contribuições da FURB para a Base Nacional Comum Curricular; - Oficina: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Vamos construir Juntos o Futuro da Nossa Universidade? - Minicurso: Elementos jurídicos e administrativos das Autarquias Universitárias; - Oficina: Indicadores de Qualidade da Educação Superior – contribuições do ENADE aos cursos da FURB;
<p>4.4.2. Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.</p>	<p>Promover formação específica ao corpo técnico-administrativo para adequar as atividades que o servidor</p>	<p>Ocorreu formação institucional relacionada à legislação universitária, que tratou das normativas federais, estaduais, municipais e da FURB (Estatuto, Regimento, Leis Complementares, etc.). Não houve avanços</p>	<p>A recomendação vem sendo atendida.</p> <p>No período ocorreram os seguintes eventos:</p> <p><u>Minicurso:</u> Formação Avaliação de Desempenho;</p>

	desenvolve na FURB, levando-se em consideração a natureza dos cargos para os quais houve concurso;	na formação específica para adequar as atividades que o STA desenvolve na FURB.	<p><u>Minicursos ofertados aos servidores da área da saúde</u>: tais como “Manejo de Portador de Mielomeningocele”, “Prescrição e Uso correto de formulários farmacêuticos”; “Manejo do Paciente neurológico”, entre outros.</p> <p><u>Formação Geral</u>: Assédio nas relações de trabalho; Preenchimento da plataforma sucupira;</p> <p><u>Relacionados à atendimento</u>: Conversando sobre os desafios no Atendimento ao Estudante; Acertando passos no atendimento;</p>
4.4.3. Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.	Identificar e registrar a experiência profissional acumulada pelos servidores técnico-administrativos;	No PDI 2016-2020 consta como estratégia de ação “ <i>Informatizar o registro de carreira dos servidores</i> ”. Tem sido solicitado aos servidores informações e comprovação de sua experiência profissional acumulada para fins de registro e, para compatibilização com as funções que o servidor exerce (ou exercerá) na FURB.	Não houve avanços por falta de recursos financeiros. Ainda assim, consta como meta do PDI 2016-2020, havendo intensão da FURB de cumprir esta meta/objetivo até 2020.
4.3.2. Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.	Qualificar a avaliação do ensino (realizada pelo estudante), de modo a tornar a amostra representativa;	Houve uma revisão na modelagem matemática e só vem sendo utilizados dados que tenham uma amostra significativa. Ainda assim, é preciso avançar neste processo, no sentido de ampliar o número de turmas que efetivamente avaliam os docentes.	Não houve avanços. Embora sejam utilizados apenas os dados que representem uma amostra significativa, é preciso avançar no sentido de que TODOS os estudantes realizem a avaliação do ensino e que este instrumento seja utilizado, de fato, para a reflexão, o debate e a implementação de melhorias com vistas à qualificação do processo de ensino-aprendizagem oferecido nesta Instituição de Educação Superior.
	Responsabilizar o coordenador de curso	Não houve avanços.	Não houve avanços.

	<p>pelo preenchimento da avaliação do ensino pelos estudantes;</p>		
	<p>Promover avaliação dos docentes em cargo de gestão, de pesquisador, de extensionista e/ou prestador de serviço;</p>	<p>A Resolução nº 002/2015, de 4 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta, a avaliação semestral de desempenho funcional para, entre outros, os docentes com função de chefia administrativa superior da FURB. No entanto, essa avaliação não vem sendo aplicada.</p>	<p>No que tange a avaliação do docente com função de chefia administrativa superior da FURB, está prevista na Resolução nº 002/2015, de 4 de fevereiro de 2015. No entanto, não houve avanço no período, pois não foram realizadas estas avaliações.</p>
		<p>Ao mesmo passo, durante o ano de 2016, a gestão superior promoveu assembleias com o corpo docente com o intuito de elaboração coletiva da Política do Regime de Trabalho de Tempo Integral, na qual está prevista a avaliação docente nas atividades de pesquisador e extensionista. A proposta de resolução foi levada ao CONSUNI em dezembro de 2016, porém ficou para ser analisada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017.</p>	<p>A Resolução nº 035/2017, de 03 de maio de 2017, regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral (RTI) no Magistério Superior da FURB. Nesta normativa, prevê-se a avaliação do docente nas atividades de pesquisa, extensão e prestação de serviços para manutenção do enquadramento neste regime de trabalho. No entanto, entra em vigor após três anos de publicação da resolução.</p>
<p>4.3.10. Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.</p>	<p>Melhorar o índice de docentes enquadrados no regime de trabalho Tempo Integral na FURB;</p>	<p>Durante o ano de 2016, a gestão superior promoveu assembleias com o corpo docente com o intuito da elaboração coletiva da Política do Regime de Trabalho de Tempo Integral. A proposta de resolução foi levada ao CONSUNI em dezembro de 2016. Porém, a mesma ficou para ser novamente analisada pelo CONSUNI em 2017.</p>	<p>Embora não se atinja o % ideal de docentes em RTI em relação ao total de docentes, a recomendação foi atendida, pois o índice melhorou.</p> <p>Durante o ano de 2017, os docentes que pretendiam ser enquadrados no RTI apresentaram seus Planos de Trabalho Individual (PTI), os quais foram analisados por um grupo, conforme previsto na Resolução nº 035/2017. Deste modo, após a análise, foram</p>

			enquadrados 26 docentes em fevereiro de 2018. Em 2017, houve apenas um enquadramento.
	Diminuir o número de docentes com contratos temporários e emergenciais;		Não houve avanços. Observando os dados de 2017, referentes ao corpo docente, a CPA observou que não houve diminuição no número de docentes com contratos temporários.
4.3.12. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.	Consolidar a política de regime de tempo parcial (TPH) na FURB;	Durante o ano de 2016, a gestão superior promoveu assembleias com o corpo docente com o intuito da elaboração participativa da Política do Regime de Trabalho de Tempo Integral. A proposta de resolução foi levada ao CONSUNI em dezembro de 2016. Porém, ficou para ser analisada pelo CONSUNI em 2017.	Não houve avanços.
	Rever a Resolução nº 070/2004 (distribuição das horas docentes);	Existe uma minuta de Resolução, a qual vem sendo elaborada pela gestão superior, que deverá ser apresentada e debatida pela comunidade universitária 2017.	Não houve avanços.
4.4.8. Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.	Aperfeiçoar programas e ações voltadas ao acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos; Executar a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos;	A Resolução nº 002/2015, de 4 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável, docentes com função de chefia administrativa superior e do cargo em comissão superior no âmbito da FURB. A avaliação tem ocorrido a cada 6 meses e, ao final de 18 meses, conforme o desempenho do servidor, terá (ou não) progressão em sua carreira.	A recomendação foi plenamente atendida com a implementação da Resolução nº 002/2015. A avaliação de desempenho dos STA vem ocorrendo semestralmente e, ao final de 18 meses, conforme o desempenho do servidor, terá (ou não) progressão em sua carreira.

<p>4.7.5. Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.</p>	<p>Promover a comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões;</p>	<p>Em 2015 a gestão propôs uma reforma administrativa na gestão superior e na setorial com o objetivo de melhorar o fluxo de comunicação entre os vários níveis da estrutura organizacional. Porém até o final do ano de 2016 nenhuma reforma tinha sido aprovada no CONSUNI.</p>	<p>Não houve avanços.</p>
<p>4.10.1. Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.</p>	<p>Alinhar a proposta orçamentária (LOA e PPA) com os investimentos necessários e previstos no PDI;</p>	<p>O PDI 2016-2020 encontra-se em elaboração, da mesma forma que o Plano Plurianual será determinado neste ano. Assim, há intenção de que sejam alinhados orçamentos e metas do PDI.</p>	<p>A recomendação da CPA não foi atendida. No entanto, cabe ressaltar que a elaboração do orçamento (PPA, LDO, LOA) passou a ser competência da PROAD. Foram iniciadas conversas para que a LOA e LDO sejam elaboradas com alinhamento as propostas presentes no PDI.</p>
<p>4.10.2. Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.</p>			
<p>4.10.4. Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.</p>	<p>Estabelecer um orçamento anual para investimentos planejados;</p>	<p>A Universidade mantém orçamento e investimentos em espaço físico anualmente, na rubrica “Obras e Instalações” para atendimento das demandas institucionais. Não há um montante de recursos previsto no PDI, mas as demandas projetadas estão sendo atendidas.</p>	<p>A recomendação foi parcialmente atendida. Embora os investimentos ocorram, a Universidade precisa alinhar o orçamento (LDO e LOA) ao PDI, para que fique transparente o processo de investimentos.</p>
<p>4.10.5. Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</p>	<p>Definir no PDI o projeto de modernização dos espaços físicos da Universidade, bem como, rever anualmente os equipamentos e</p>	<p>O Plano Diretor de Espaço Físico (PDEFI) que consta no PDI aponta a necessidade de intervenções por campus.</p>	<p>A recomendação foi atendida. Conforme mencionado em 2016, o PDEFI, que consta no PDI 2016-2020, apresenta as necessidades de intervenção por campus. Observou-se algumas ações em 2016 e 2017, como a revitalização dos Blocos (pintura</p>

<p>4.10.6. Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</p>	<p>materiais, devido aos avanços tecnológicos;</p>		<p>externa), afixação de letras identificando os blocos da FURB (campus 1, Blocos A ao G).</p>
<p>4.11.2. Diversificação das fontes de captação de recursos.</p>	<p>Ampliar a captação de recursos para execução dos projetos de pesquisa e extensão; Captar recursos de órgãos de fomento, fundos de multas, entre outras possibilidades; Captar recursos para execução de atividades de cultura (FITUB, Camerata, entre outros); Ampliar a prestação de serviços; Ampliar o número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>;</p>	<p>As diretrizes orçamentárias da FURB para o Exercício Financeiro de 2017 apontam que pouco mais de 75% das receitas correntes serão oriundas dos serviços educacionais.</p>	<p>Não houve avanços. As diretrizes orçamentárias da FURB para o Exercício Financeiro de 2018 apontam para a habitual dependência das mensalidades (serviços educacionais). A CPA observou que, na LDO para o ano de 2018 o total de 74% das receitas correntes serão oriundas dos serviços educacionais.</p>
<p>4.11.5. Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.</p>	<p>Estabelecer um percentual ideal de comprometimento da folha de pagamento (salário + encargos) em relação à receita corrente.</p>	<p>A partir de janeiro de 2017 a FURB passou a ser auditada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O percentual de comprometimento da folha de pagamento em relação à receita corrente. Deverá ser analisado pelo TCE e proposto um índice ideal para a FURB.</p>	<p>Não houve avanços.</p>

	Planejar os custos com recursos humanos e manter-se, no máximo, em 65% das receitas correntes;		
--	--	--	--

Eixo 5 - Infraestrutura			
FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA	ANÁLISE DA CPA: AÇÕES REALIZADAS 2017-2018/1
5.1.4. Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais.	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas;	Embora não conste nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva, sabe-se que a DAC realiza, de forma sistemática, a manutenção preventiva dos condicionadores de ar, bem como limpeza das caixas d'água dos campi. Em relação ao estabelecimento de um Plano, a Universidade não avançou neste processo.	Em relação ao estabelecimento de um Plano, a Universidade não avançou neste processo . Porém, conforme já mencionado em 2016, sabe-se que a DAC realiza, de forma sistemática, a manutenção preventiva dos condicionadores de ar, bem como limpeza das caixas d'água.
5.1.5. Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Estabelecer um processo sistemático de manutenção e conservação das salas de aulas e ambientes de aprendizagem;	No início de cada semestre letivo, a Universidade realiza um <i>check list</i> , de modo a observar manutenções necessárias nas salas de aulas e nos espaços de aprendizagem. Para necessidades que aparecem no decorrer do semestre, existe um sistema no qual o docente pode acionar o setor de manutenção para corrigir qualquer eventualidade.	A recomendação foi atendida plenamente , haja vista a existência de um processo semestral (início de cada período letivo) para manutenção e conservação das salas de aulas. Além disso, está disponível ao docente um sistema, por meio do qual pode acionar a manutenção, se necessário.

5.1.7. Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Fazer constar as diretrizes de atendimento às pessoas com deficiência na política de espaço físico da FURB (PDEFI);	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.	A recomendação foi atendida plenamente pois as diretrizes de atendimento às pessoas com deficiência na política de espaço físico da FURB (PDEFI) e no PDI 2016-2020;
	Adequar o espaço físico institucional com base no PDEFI.		No que diz respeito à adequação do espaço físico da FURB, a CPA observou que houve avanços . Em 2017 foram realizadas algumas melhorias, especialmente com relação às vagas exclusivas, tais como pavimentação, demarcação e sinalização.
5.1.10. Existência de Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> nos documentos oficiais.	Institucionalizar a política de tecnologia de informática e de comunicação da FURB, por meio da aprovação do Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC).	O PDTIC vem sendo elaborado pela DTI/PROAD e deverá ser aprovado ainda no período de vigência do PDI 2016-2020. Existem metas previstas no plano.	Em relação ao estabelecimento de um PDTIC, a CPA observou que não houve avanços neste processo até o final de 2017.
5.1.11. Coerência entre a expansão e atualização dos <i>softwares</i> e as políticas constantes nos documentos oficiais			
5.1.12. Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.			
5.1.13. Coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos	Prever no PDI e no planejamento setorial a expansão e/ou		

laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais.	atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores.		
5.1.14. Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e de conservação dos equipamentos;	Para alguns serviços foram estabelecidos planos preventivos de manutenção, tais como a dos condicionadores de ar, a substituição mais de 9 mil lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, limpeza das caixas d'água. Para os demais serviços, continuam sendo realizados corretivamente.	A recomendação foi parcialmente atendida. A situação permanece como em 2016. Apenas para alguns serviços foram estabelecidos planos preventivos.
5.1.15. Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.			
5.1.16. Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.	Disponibilizar legislação existente sobre segurança para os laboratórios e instalações especiais.	Embora não exista uma política específica de segurança para os laboratórios e instalações especiais, estes espaços possuem uma dinâmica de segurança, com equipamentos de proteção (EPI, lava-olhos, etc.) bem como está definido um número máximo de estudantes por horário de uso dos laboratório.	Conforme descrito em 2016, os laboratórios e instalações especiais com equipamentos de proteção (EPI, lava-olhos, etc.) mesmo sem uma política estabelecida. A CPA descobriu que no PPGEA foram desenvolvidos procedimentos técnicos, o qual pretende-se, por intermédio da Comissão do Meio Ambiente/SGA da FURB, ser replicado à todos os laboratórios. A recomendação não foi atendida no período. No entanto, a CPA observou que houve iniciativas para elaboração de procedimentos relacionados à segurança.
	Incluir no PDI a política de segurança;		
5.2.15. Coerência entre o número de estudantes e a capacidade de laboratórios existentes	Definir o número ideal de usuários (estudantes/pesquisadores)/ capacidade dos		O número de usuários está previsto nos PPCs. No entanto, este "número" de estudantes definidos no PPC nem sempre condiz com as reais condições de atendimento do professor

(de acordo com as normas de segurança).	laboratórios e institucionalizar;		aos estudantes e de segurança. Assim, neste sentido, vem sendo realizado um estudo pela PROAD, PROEN e pelo técnico de segurança da FURB (ligado à CISSP), no sentido de definir o número ideal de usuários nos laboratórios.
5.2.4. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).	Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para docentes em cargo de gestão setorial e docentes em Regime de Tempo Integral conforme pressupõe os indicadores do SINAES (MEC) – Avaliação de curso e avaliação institucional;	A COPLAN, por meio de estudos, tem procurado adequar as questões relacionadas aos gabinetes de trabalho individuais e coletivas dos docentes dos cursos existentes e das Unidades Universitárias. Os PPC dos novos cursos já estão prevendo tais espaços.	<p>A recomendação da CPA vem sendo atendida, pois observou-se algumas adequações no período, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em 2016/1 foi criada a sala para as coordenações dos cursos do Departamento de Artes (S-111). • em 2017/2 o departamento de Matemática foi transferido da sala S-224 para I-608, ampliando o espaço para professores, melhorando as condições de acessibilidade e concentrando a estrutura do curso no bloco I. • em 2017/2 foram reestruturadas as salas B-102 e B-106 para atender professores do Centro de Ciências Jurídicas.
5.2.5. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).			
5.2.7. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade,			

conservação e de infraestrutura informática.			
5.2.10. Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao estudante e Protocolo, tesouraria.	Institucionalizar o Protocolo de Atendimento, de modo que o usuário possa acompanhar de fato o andamento do atendimento de suas demandas;	O Protocolo de Atendimento não foi institucionalizado. Não se observou avanços nesse sentido.	Embora a recomendação não tenha sido atendida, no que diz respeito à adequação de instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas, houve avanços . Em 2017 foi elaborado, pela COPLAN, projeto de reorganização da praça de atendimento, centralizando os atendimentos da DRA e DAF, além de prever atendimento <i>online</i> .
5.2.11. Adequação das instalações às condições de acesso para as pessoas com deficiência (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, piso podotátil, braile nas placas de sinalização, elemento sonoro de aviso de senhas de atendimento e andares no elevador, outros):	Adequar as rampas de acesso à inclinação especificada da Norma de Acessibilidade; Adequar as instalações sanitárias para as necessidades das pessoas com deficiência;	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.
	Inserir o elemento sonoro nos espaços de atendimento (aviso de senhas) e elevador (aviso do andar);		A recomendação da CPA está em fase de implantação , visto que as peças para os elevadores existentes já foram adquiridas (blocos I, J e S do campus 1; blocos D e I do campus 2), e o elevador em aquisição para o bloco C do campus 3 já será equipado com o dispositivo.
	Melhorar a acessibilidade de modo geral na FURB (acessibilidade universal);		Para além das medidas necessárias na acessibilidade arquitetônica, a FURB ofertou em 2016 e 2017 formação institucional em LIBRAS para servidores.

	Instalar idioma Braille nas placas de sinalização/ indicação dos ambientes;		Não avançou neste processo.
5.2.12. Adequação do espaço físico às atividades de extensão.	Definir, no PDEFI, a adequação dos espaços físicos para as atividades de extensão e de pesquisa;	Consta no PDI 2016-2020, o Plano Diretor de Espaço Físico (PDEFI), o qual aponta a necessidade de intervenções por campus. Estas necessidades são oriundas das diversas reuniões realizadas pela equipe do Plano Diretor com a comunidade universitária.	Em 2017/1 foi estruturada a sala I-601 como espaço cooperativo (<i>coworking</i>) dos projetos de extensão.
5.2.13. Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.	Implantar a política de consulta prévia de espaço físico para projetos vinculados à FURB, inclusive compra de equipamentos e/ou instalações necessárias, alteração de infraestrutura, etc.);		A recomendação da CPA não foi atendida. Durante o período, a COPLAN não foi consultada, no que tange ao espaço físico, para projetos vinculados à FURB.
5.2.14. Existência e adequação de espaço de convívio e de alimentação da comunidade acadêmica (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).	Priorizar espaços de convívio da comunidade universitária; Criar espaços alternativos para socialização dos estudantes e servidores;	Continuamente a FURB têm buscado a criação de espaços para convivência e socialização da comunidade. A exemplo do espaço criado para apresentações culturais e artísticas, localizado no corredor de acesso ao Bloco I (grafitado), bem como em frente à Livraria, com bancos e almofadas, próximo à nova lanchonete do Bloco I (térreo). Também foram distribuídos diversos “bancos-pallets” nos blocos da Universidade, com intuito de que os estudantes possam desfrutar os intervalos ou momentos antes das aulas com seus colegas e interagir com outros cursos. Há planos de uma cafeteria na Biblioteca Universitária e de uma ressignificação do	A recomendação da CPA vem sendo atendida. Conforme mencionado anteriormente, a FURB tem buscado ampliar a quantidade de espaços de convívio da comunidade universitária. Em 2016 foi projetado um espaço de convívio para os acadêmicos, no campus 5, próximo ao prédio da anatomia veterinária, entretanto ainda não foi executado. Em 2017 foi implantada a <i>Alameda Lúcia Sevegnani</i> , criando um novo espaço de convívio entre os blocos S e T. A CPA observou que há planos para uma inserção de uma cafeteria na Biblioteca Universitária. Também de ressignificação do pátio em frente à Biblioteca, de modo a se

		pátio em frente à Biblioteca, de modo a se transformar em uma grande praça de convivência.	transformar em uma grande praça de convivência.
5.2.16. Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).	Adequar as instalações sanitárias, especialmente ao que tange à limpeza e conservação, bem como atendimento das normas de acessibilidade.	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/ PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.	A recomendação da CPA vem sendo atendida. No que diz respeito à acessibilidade, o diagnóstico realizado pela COPLAN foi entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias. Em 2017 foram adaptadas instalações sanitárias nos blocos A e B do campus 2.
5.3.1. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	Expandir e melhorar o acesso à internet para o pleno desenvolvimento das atividades do corpo docente, da gestão setorial e dos estudantes;	No caso da internet para uso dos coordenadores de curso e chefes de departamento, o uso é por meio da rede administrativa, nas Unidades Universitárias e espaços de departamento, ou seja, rede com cabeamento. A internet é adequada e funciona com rapidez.	A recomendação foi plenamente atendida. Conforme descrito anteriormente, houve investimentos em equipamentos (<i>access points, switchs</i> e fibras óticas), o que permitiu ampliar a cobertura e disponibilidade da rede sem fio, ampliar a velocidade de 1 para 10 Gbps entre os campi, substituir os equipamentos obsoletos da rede cabeada. Para uso administrativo o uso se dá por meio da <i>rede administrativa</i> , nos diversos setores (rede com cabeamento). A internet é adequada e funciona com rapidez.
5.3.2. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	Viabilizar financeira/orçamentariamente a execução dos projetos de melhoria relacionados às TIC;		

<p>5.3.3. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.</p>		<p>No que diz respeito ao acesso à rede, pelos docentes, em seus espaços administrativos, entende-se que está adequado.</p>	
<p>5.3.4. Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos estudantes (ensino, pesquisa e extensão).</p>		<p>No entanto, ao tratar-se do acesso à rede nas salas de aula, cuja rede é acadêmica (cabo) e wi-fi, continua atendendo parcialmente as necessidades institucionais (para acesso a vídeos, chamada <i>online</i>, entre outros).</p>	<p>A recomendação foi plenamente atendida. Houve melhoria significativa na infraestrutura de informática para acesso da Internet para os estudantes.</p>
<p>5.3.6. Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.</p>		<p>No caso da internet para uso administrativo, o uso é por meio da rede administrativa, nos diversos setores (rede com cabeamento). A internet é adequada e funciona com rapidez.</p>	<p>A internet para uso administrativo, o uso é por meio da rede administrativa, nos diversos setores (rede com cabeamento). A internet é adequada e funciona com rapidez.</p>
<p>5.3.7. Adequação dos equipamentos e mobiliários às pessoas com deficiência:</p>	<p>Identificar, especialmente nos espaços acadêmicos (salas de aulas e laboratórios), a necessidade de adequação dos espaços e mobiliários;</p>	<p>A COPLAN em 2016 elaborou um diagnóstico sobre as dimensões de acessibilidade na FURB em todos os campi. O documento, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, foi entregue à DAC para planejamento das ações.</p>	<p>A recomendação foi parcialmente atendida. No que diz respeito à adequação dos espaços, existe o diagnóstico. No que tange aos mobiliários, a adequação ocorre conforme a demanda.</p>

	Adequar os equipamentos e mobiliário para acessibilidade universal.	A adequação de equipamentos e mobiliários ocorre conforme a demanda. Já foram implantadas bancadas em laboratórios, adequação de móveis em salas de aulas (cadeiras e mesas), mudança de rampa no complexo esportivo, cadeiras mais largas em auditórios, bem como transferências de turmas para outros andares com acessibilidade. Algumas ações foram observadas, porém precisamos avançar em termos de acessibilidade universal.	A recomendação foi parcialmente atendida. A adequação de equipamentos e mobiliários ocorre conforme a demanda.
5.3.8. Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.	Identificar a adequação necessária dos equipamentos para as diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão;	Todas as salas de aulas possuem projetor multimídia fixo e sistema de som. Há acesso à internet, aos docentes, pela rede acadêmica (por meio de cabo) e, aos estudantes, por meio de rede sem fio (wi-fi).	A recomendação foi parcialmente atendida. Todas as salas de aulas possuem projetor multimídia fixo e sistema de som. Há acesso à internet, aos docentes, pela rede acadêmica (por meio de cabo) e, aos estudantes, por meio de rede sem fio (wi-fi).
5.3.9. Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.		No que tange o acesso à internet, nos últimos 20 meses houve um investimento em torno de R\$ 800 mil reais em equipamentos (<i>access points</i> , <i>switchs</i> e fibras óticas), que permitiu a ampliação da cobertura e disponibilidade da rede sem fio, ampliar a velocidade de 1 para 10 Gbps entre os campi, substituir os equipamentos obsoletos da rede cabeada.	
5.3.10. Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.			
5.4.1. Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.	Institucionalizar um plano de manutenção e conservação preventiva dos espaços;	Embora não conste nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva, sabe-se que a DAC realiza, de forma sistemática, a manutenção preventiva dos condicionadores de ar, bem como limpeza das caixas d'água dos campi. Em relação ao	A recomendação foi parcialmente atendida. Embora não conste nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva, sabe-se que, nos espaços de ensino (salas de aulas) e corredores, há uma manutenção antes do início dos semestres. As demais manutenções

		estabelecimento de um Plano, a Universidade não avançou neste processo.	ocorrem de forma corretiva, conforme a demanda.
5.4.2. Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).	Qualificar o sistema das O.S., de modo que o usuário, solicitante de manutenção, possa visualizar o andamento de seu atendimento; Acompanhar as Ordens de Serviço (OS) geradas e registrar os serviços concluídos, bem como o prazo que os mesmos foram realizados.	O sistema não sofreu alteração. As ordens de serviço são “abertas”, mas não permite que o usuário solicitante acompanhe o andamento de seu pedido. As ordens de serviço são acompanhadas pelo gestor da DAC. Em 2016 foram abertas 4461 ordens de serviço e foram finalizadas 4074, ou seja: a DAC atendeu 91,3% das solicitações.	Não houve avanços.
5.4.4. Sinalização para facilitar o deslocamento interno.	Institucionalizar o Manual de Sinalização; Inserir idioma Braille e inglês na sinalização;	Há um projeto de sinalização (interna) que vem sendo aos poucos executadas pela Universidade (COPLAN/DAC).	Não houve avanços.
5.4.5. Sinalização para acessar aos diversos Campi.	Melhorar a sinalização interna e externa dos campi;	Há um projeto de sinalização (interna) que vem sendo aos poucos executadas pela Universidade (COPLAN/DAC) Em relação à sinalização externa, existe apenas o projeto das placas necessárias, mas nenhum encaminhamento foi dado à Prefeitura Municipal para esta adequação;	Não houve avanços.
5.4.6. Disponibilidade de estacionamento com segurança.	Divulgar o estacionamento da Rua Max Hering;	Periodicamente a PROAD/DAC divulga a existência deste estacionamento, em parceria com o SENAI, que tem disponibilidade de vagas com segurança (cancela e vigia).	A recomendação foi atendida. Periodicamente a Universidade divulga a existência deste estacionamento.

	Promover o uso de meios de transporte alternativos ao carro (bicicleta, por ex.);	Não houve avanços.	Não houve avanços.
5.4.8. Conservação e manutenção das instalações sanitárias.	Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes;	Todos os semestres, antes de iniciar o período letivo, a DAC realiza uma vistoria nos espaços acadêmicos, inclusive nas instalações sanitárias. A partir do diagnóstico, são realizadas as manutenções necessárias.	A recomendação foi atendida. Todos os semestres, antes de iniciar o período letivo, a DAC realiza uma vistoria nos espaços acadêmicos, inclusive nas instalações sanitárias.
5.4.9. Materiais essenciais de higiene pessoal.	Adequar os materiais essenciais de higiene pessoal às necessidades de seus usuários;	Todos os banheiros possuem materiais de higiene como sabonete líquido, papel toalha e papel higiênico. Os mesmos passam por limpeza diariamente e reposição dos produtos.	A recomendação foi plenamente atendida. Todos os banheiros possuem materiais de higiene como sabonete líquido, papel toalha e papel higiênico. Os mesmos passam por limpeza diariamente e reposição dos produtos.
5.5.2. Biblioteca: Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.	Adequar as instalações para estudo individual e para estudos em grupo nas bibliotecas setoriais;	Nas discussões relacionadas à Infraestrutura de Biblioteca, no PDI, a adequação foi inserida como uma meta a ser cumprida até 2020.	Não houve avanços.
5.5.3. Biblioteca: Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.		Nas discussões relacionadas à Infraestrutura de Biblioteca, no PDI, a adequação foi inserida como uma meta a ser cumprida até 2020.	Não houve avanços.

Conclusão do Processo de Autoavaliação 2012-2014

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada em 2005, quando a Instituição adequou seu processo de autoavaliação, instituído em 1995, à Lei do SINAES. Desde então, a CPA acompanha o processo de gestão da Universidade e procura contribuir por meio da elaboração de relatórios que evidenciam qualidades e fragilidades institucionais de forma fidedigna.

No decorrer deste período, pode-se observar melhorias nos indicadores da Instituição, principalmente naqueles que se referem à existência de políticas e à coerência entre os documentos oficiais e as práticas institucionais. Destaca-se a construção e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020, o qual teve como referência os Relatórios de Autoavaliação Institucional. As metas e ações realizadas entre 2014 e 2017 corrigiram fragilidades apontadas pela CPA nos processos de autoavaliação 2009-2011 e 2012-2014. A gestão da Universidade passou a propor e revisar políticas institucionais, como a Política de Pesquisa e Pós-Graduação, a Política de Relacionamento com os Egressos, a criação do SESMT (Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho) e a Política de Gestão da Saúde do Servidor, a criação de diretrizes para a Política de Espaço Físico, a revisão da Política do Regime de Tempo Integral, entre outras.

A Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI), nomeada em junho de 2016, iniciou a elaboração do PDI 2016-2020 em agosto do referido ano. O Plano foi aprovado pelo CONSUNI em julho de 2017, cujos objetivos, metas e ações estratégicas tiveram como referência o Processo de Autoavaliação 2012-2014, o que demonstra a existência da cultura de gestão universitária a partir dos resultados dos processos avaliativos. Em 2018 pretende-se incluir as recomendações/fragilidades apontadas no Processo de Avaliação Institucional Externa (Renovação do Credenciamento Institucional), ocorrido em março de 2017.

Por fim, apesar do Balanço Crítico apontar a permanência de fragilidades organizacionais, a CPA observa que a Universidade tem se esforçado para desenvolver ações para atingir os objetivos e metas previstos no PDI. Este *relatório parcial* encerra o ciclo de autoavaliação (2012-2014) e subsidia o processo de avaliação interna para o período 2015-2017.